



100,00
MT

Onde Mora a Chama da Esperança

LOLO

Periodicidade
Bimestral
Ano 15
Fundada em 2007
Edição n°68
Maio/Junho 2022



Margarida Talapa

Ministra do Trabalho e Segurança Social

**Somos pela
dignidade do
trabalhador**



Peugeot Landtrek



MARQUE JÁ O
SEU TEST-DRIVE
(+258) 84 314 1879



A GARRA DO LEÃO!

A pick-up PEUGEOT LANDTREK destaca-se pela sua personalidade assertiva através de uma modernidade exacerbada, linhas esculpidas e uma significativa distância ao solo. Com tracção 4x4 e pneus GoodYear All Terrain, adequados a todos os terrenos, não há desafio que a pare.



GENEROSIDADE INTERIOR

A cabine dupla da PEUGEOT LANDTREK pode acomodar até 5 passageiros. O motorista beneficiará de um banco e volante ajustáveis e, na parte traseira, a modularidade 60/40 permite 7 combinações de carga e passageiros. Encontrará ainda inúmeros espaços de arrumação, num volume total de 27L!



A CAIXA DE CARGA MAIS DURÁVEL DO MERCADO

A caixa de carga da PEUGEOT LANDTREK é a mais espaçosa do mercado, com 1,63m de comprimento, 1,60m de largura e 0,5m de profundidade. Carga útil superior a 1 tonelada e capacidade de reboque até 3 toneladas. Poderá ainda conectar os seus equipamentos numa tomada de 12V.



MOTRICIDADE OPTIMIZADA

O design desta pick-up toma partido da carga apoiada nas rodas motrizes traseiras: quanto mais carregado estiver o veículo, mais tracção possuirá. Além disso, a versão 4x4 beneficia de um bloqueio do diferencial traseiro para otimizar a tracção em quaisquer condições de aderência.

Diálogo é a chave de tudo

Belodêncio Nhabinde



Em Moçambique, o custo de vida da população está cada vez mais insuportável e desde que a Covid-19 eclodiu, seguido dos ciclones tropicais e ataques terroristas na zona norte do país, que dizimaram vidas, esse drama tem aumentado de forma significativa e notável. Mas como é que os Moçambicanos conseguiram lidar com tudo isso? Diante de tantas incertezas causadas pela Covid-19, que estratégia é que o governo usou de modo a evitar uma convulsão social por parte da população? Um bom diálogo social e uma boa consciencialização, com certeza foram necessários.

A crise sanitária patente não só em Moçambique, mas também em todo mundo, é uma realidade visível para todos nós, assim como o terrorismo no norte do país. Portanto, esses factos não podem ser ignorados, pois trata-se de eventos globais. Quando Moçambique virou palco dessas catástrofes, grande parte das empresas suspendeu suas actividades e um bom número de trabalhadores de vários sectores, sobretudo indústria, hotelaria e restauração, foram seriamente afectados. Apesar disso, os moçambicanos em nenhum momento adormeceram, muito rapidamente aperceberam-se e reconheceram as reais condições que o país enfrentava e continua a enfrentar.

Sendo assim, há que destacar o grande esforço tripartido entre o Governo, a CTA e o sindicato, levado a cabo para melhor a vida os trabalhadores moçambicanos (evitando que muitos destes perdessem por completo os seus postos de trabalho) e alcançar uma

maior justiça social.

Embora reconheçamos o esforço tripartido, também é preciso reconhecer que nível de desemprego está caótico, razão pela, é preciso criar mais emprego para aliviar os jovens, caso contrário, o influxo de mais trabalhadores poderá resultar em mais desemprego ou em mais jovens com empregos menos dignos e de baixo rendimento.

Neste processo, o sindicato é uma das peças chave e desempenha um papel muito importante para pelo menos salvaguardar o bem-estar físico-mental e jurídico dos trabalhadores. E porque não pode operar à solo, Governo e o patronato também têm seus papéis, tendo em conta as suas responsabilidades.

Desta forma, o diálogo é sem dúvida uma ferramenta indispensável para garantir principalmente a saúde laboral, mas também a política, económica e social de um país, sendo também um aspecto crucial na prossecução da agenda do trabalho digno.

Portanto, em momentos de crise, o diálogo social e a prática do tripartismo entre o Governo, representantes dos trabalhadores e empregadores dentro e fora das fronteiras nacionais são cada vez mais relevantes para o alcance de soluções e para a construção da coesão social, o que contribui para a resolução de problemas económicos e sociais (inesperados), promover práticas de boa governação, favorecer a paz e a estabilidade no plano social e laboral e impulsionar o desenvolvimento económico do país ■



Somos pela dignidade do trabalhador

- destaca
**Ministra Margarida
Talapa**

Com o advento da COVID-19, muitos trabalhadores moçambicanos, em quase todos os sectores de trabalho, foram gravemente afectados e como forma de salvaguardar o estado económico e jurídico desta classe trabalhadora, a Ministra do Trabalho e Segurança Social (MITSS), Margarida Talapa, numa entrevista concedida à Ídolo, disse que, durante a pandemia, foram realizadas palestras de sensibilização para manutenção dos postos de trabalho nas empresas, usando plataformas digitais, assim como para garantir a segurança no trabalho, a Ins-

pecção Geral do Trabalho (IGT), realizou campanhas de fiscalização em sectores com maior incidência de riscos tais como: Construção Civil, Mineração e Indústria Transformadora. Além disso, em coordenação com a Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL), a IGT realizou palestras sobre a Segurança e Higiene no Trabalho nos diversos sectores de actividades. Talapa referiu ainda que, um dos grandes ganhos, foi de manter a paz laboral, fruto de um diálogo permanente entre o Governo, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), a Organização

dos Trabalhadores de Moçambicanos-Central Sindical (OTM-CS) e a Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO). Acompanhe a entrevista na íntegra.

Em momentos de crise, temos que procurar criar entendimento. Felizmente, houve compreensão entre as partes, ou seja, entre o Governo representado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e os respectivos parceiros



sociais, ou seja, a CTA, a OTM-Central Sindical e a CONSILMO.

IDOLO (I): Que Avaliação faz, Sra. Ministra, em relação à articulação existente entre o Governo, CTA e os Sindicatos para ocorrência de um bom ambiente de trabalho na classe trabalhadora e empresarial?

MARGARIDA TALAPA (MT) - Fazemos uma avaliação positiva fruto do contínuo diálogo e da concertação social. Procuramos sempre construir a confiança entre os parceiros: Governo com os Empregadores, Governo com os Trabalhadores e, os três juntos, na base da boa-fé.

(I) - Quais são os grandes ganhos registados na vigência do seu mandato no que diz respeito à concertação social e o relacionamento com os parceiros sociais?

(MT) - Um dos grandes ganhos, foi termos conseguido manter a paz laboral mesmo com a CO-

“Um dos grandes ganhos, foi termos conseguido manter a paz laboral mesmo com a COVID-19, fruto de um diálogo permanente entre o Governo e seus parceiros sociais”

VID-19, fruto de um diálogo permanente entre o Governo e seus parceiros sociais. Outro ganho foi ao nível dos Fóruns de Consulta e de Concertação Social (FOCCOS) que com o novo modelo de Go-

vernação conseguimos uma interacção construtiva com os novos dirigentes, a fim de se inteirarem, com clareza, do processo de concertação social, considerando que foi rápido e positivo. Os FOCCOS continuam a trabalhar em pleno, sob direcção do Secretário do Estado na Província e têm como papel principal o concurso das organizações representativas de empregadores e de trabalhadores para a definição de políticas de emprego e formação profissional, de higiene e segurança no trabalho, protecção e segurança social, trabalhando sempre de forma tripartida.

(I) - Que estratégia o Ministério do Trabalho e Segurança Social implementou e tem vindo a implementar para evitar que se registasse casos de greves durante o tempo do pico da Pandemia da Covid-19?

(MT) - Bem, o Ministério do Tra-





balho e Segurança Social intensificou as palestras de sensibilização para manutenção dos postos de trabalho nas empresas, usando plataformas digitais e, por vezes, deslocava equipas às empresas para, em pequenos grupos representativos, abordar temas como a prevenção das greves, despedimentos colectivos, salários mínimos e suspensão do contrato de trabalho. Esta acção foi levada a cabo em virtude de denúncias de despedimento nas empresas, evocando o impacto da COVID-19. Nesta senda, viu-se à necessidade de incluir nas abordagens a sensibilização das empresas ao recurso do n.º 5 do artigo 123 da Lei de Trabalho, que prevê o direito de 75%, 50% e 25% das respectivas remunerações no 1.º, 2.º e 3.º mês ao invés de despedimentos. Todavia, a grande estratégia foi mesmo a articulação e coordenação com os nossos parceiros sociais, nomeadamente, a CTA, a OTM-Central Sindical e a CONSILMO. O diálogo tripartido foi fundamental para a manutenção da paz laboral. Por isso, gostaria de saudar as lideranças das organizações sociais parceiras do nosso ministério.

(I) - Em 2020, o salário mínimo não foi revisto. Que estratégias o Ministério do Trabalho adoptou para que não houvesse greve e despedimentos de trabalhadores por esse motivo?

(MT) - Em momentos de crise, temos que procurar criar entendimento. Felizmente, houve compreensão entre as partes, ou seja, entre o Governo representado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social e os respectivos parceiros sociais, ou seja, a CTA, a OTM-Central Sindical e a CONSILMO. Foram assinados memorandos que foram cumpridos na íntegra, onde cada uma das partes consentiu sacrifícios e todos saímos a ganhar, sem, no entanto, ter havido uma fórmula mágica, mas sim, um entendimento baseado na confiança entre as partes.

(I) - Como descreve o ambien-





te das reuniões de Concertação Social no atinente à fixação do salário mínimo nacional? Qual tem sido o papel de cada parceiro no processo para o alcance de decisões consensuais?

(MT) - Na concertação para a fixação de salário mínimo, primeiro tem-se como base a informação que é fornecida pelo Ministério da Economia e Finanças que é o Balanço do Desempenho Económico e Perspectivas para o ano seguinte, onde se dá a conhecer ao nível de cada sector de actividade o Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva inflação. É necessário que as partes tenham o real conhecimento da situação do sector e informação suficiente da produção e da produtividade. Todas as partes devem sentir-se seguras da informação que possuem do sector para conseguir negociar com realismo de maneira a contribuir para a economia do país, de modo a que as empresas continuem a laborar e os trabalhadores a ter não aquilo que gostaríamos que fosse, mas o possível e verdadeiro que até podemos considerar um justo salário, procuramos sempre criar a confiança entre as partes num contexto em que todos devem sair a ganhar, e o principal papel das partes é saber ceder para o bem comum.

(I) - Que medidas protecção

Quando a Pandemia da Covid-19 eclodiu, o Ministério do Trabalho e Segurança Social monitorou as empresas encerradas e as medidas adoptadas em relação aos trabalhadores

nistas o Ministério do Trabalho e Segurança Social arregimentou para permitir o cumprimento dos deveres e obrigações do patronato para com os trabalhadores, durante o período de pico da pandemia da Covid-19.

(MT) - A Inspeção Geral do Trabalho realizou actividades inspectivas de rotina e, periodicamente, levou a cabo campanhas de fiscalização aos diversos sectores de actividades para controlar a legalidade laboral. Outrossim, para garantir a segurança no trabalho, a IGT realizou campanhas

de fiscalização em sectores com maior incidência de riscos tais como: Construção Civil, Mineração e Indústria Transformadora. Além disso, em coordenação com a COMAL, a IGT realizou palestras sobre a Segurança e Higiene no Trabalho nos diversos sectores de actividades. Por outro lado, o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) aprovou uma linha de crédito bonificado de 600 milhões de meticais, a uma taxa de juro de 4%, contemplando as Pequenas e Médias Empresas do país. O crédito teve como objectivo a mitigação do impacto negativo da pandemia da Covid-19 e a salvaguarda dos empregos dos trabalhadores e dos seus contribuintes, através da recuperação da capacidade financeira das empresas, desde que estas estivessem inscritas e em condições de quit no Sistema da Segurança Social. Para a viabilização do empréstimo, tendo em conta a garantia de recuperação do investimento, o INSS trabalhou com o Banco Nacional e de Investimento (BNI), por ter apresentado o melhor cenário para o efeito, bem como por ser uma instituição bancária do Estado ligada à matéria e, ainda, por estar alinhado com os objectivos do INSS. Ainda no âmbito da mitigação dos efeitos nefastos da pandemia da COVID-19 no sector produtivo, o Governo aprovou o Decreto 29/2021, de 12 de Maio, que regula o perdão de multas e a redução de juros de mora a empresas devedoras para com o Sistema da Segurança Social. Assim, um total de 7.942 empresas aderiu à campanha, o correspondente a uma dívida de 1.180.670.612,65 Meticais, com 66.769 trabalhadores abrangidos. Deste número, 9.248 contribuintes devedores já efectuaram o pagamento, num total de 295.919.281,96 Meticais. Deste montante, 4.699 empresas fizeram o pagamento integral, enquanto as outras 4.549 pagaram em prestações. Estes dados referem-se ao período de Março de



2021 até ao primeiro trimestre do ano em curso.

(I) - Quantas empresas foram encerradas no País por força da Covid-19 e que compensações tiveram os trabalhadores abrangidos.

(MT) - Quando a Pandemia da Covid-19 eclodiu, o Ministério do Trabalho e Segurança Social monitorou as empresas encerradas e as medidas adoptadas em relação aos trabalhadores. Felizmente, o impacto da COVID-19 continua a mostrar sinais de abrandamento, resultante do cumprimento das medidas de prevenção e a vacinação massiva dos cidadãos, o que permitiu a retoma gradual das actividades pelas empresas, garantindo a manutenção dos postos de trabalho e a produção. Da monitoria efectuada sobre o impacto da COVID -19 no sector laboral, o Ministério do Trabalho e Segurança Social recebeu, de Janeiro à Setembro de 2021, comunicações de 745 empresas empregando 15.735 trabalhadores, reportando as seguintes situações:

- i.** rescisão dos contratos de trabalho: 135 empresas empregando 1.768 trabalhadores, dos quais 1.212 homens e 556 mulheres;
- ii.** férias colectivas: 7 empresas empregando 139 trabalhadores, dos quais 1.212 homens e 556 mulheres;
- iii.** rotatividade: 14 empresas empregando 98 trabalhadores, dos quais 76 homens e 72 mulheres;
- iv.** teletrabalho: 12 empresas empregando 15 trabalhadores, dos quais 12 homens e 3 mulheres;
- v.** encerramento definitivo: 26 empresas empregando 237 trabalhadores, dos quais 194 homens e 43 mulheres;
- vi.** despedimento colectivo: 81 empresas empregando 1.182 trabalhadores, dos quais 1.078 homens e 104 mulheres; e
- vii.** suspensão de contratos de trabalho de trabalho, 471 em-

presas empregando 12.220 trabalhadores dos quais 9.761 homens e 2.459 mulheres.

(I) - Como está a ser gerida a questão dos trabalhadores de outros países que se encontram a trabalhar ilegalmente em Moçambique?

(MT) - O artigo 27 do Decreto 37/2016 de 31 de Agosto confere à Inspeção Geral do Trabalho a competência de fiscalizar a observância das normas e procedimentos para a contratação de trabalhadores de nacionalidade estrangeira na República de Moçambique. E para o efeito, no decurso das actividades inspectivas caso se detecte as irregularidades de um trabalhador de nacionalidade estrangeira são aplicadas as medidas previstas no regulamento supracitado, concretamente a suspensão e a aplicação da multa. A IGT, nestas situações, comunica ao Serviço Nacional de Migração, o Banco de Moçambique e à Direcção Nacional do Trabalho Migratório para aplicação de medidas atinentes as suas atribuições e competências.

(I) - O trabalho infantil em Moçambique é uma realidade. O que o MITSS está a fazer para minimizar este mal?

(MT) - O Governo de Moçambique aprovou, em 2017, o Plano Nacional de Acção para o Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil, cujo horizonte temporal e metas foram revistas para se ajustarem ao actual ciclo governativo, passando a vigorar até 2024. O plano é multisectorial e o MITSS é responsável pela sua monitoria. Nele estão inscritas as actividades que cada sector deverá implementar com vista a evitar o envolvimento precoce de crianças em trabalhos perigosos, sendo o MITSS, parte desses sectores.

Das actividades multisectoriais destacam-se as seguintes:

● A revisão da Lei do Sistema Nacional de Educação, que estabelece que o ensino obrigatório e gratuito em Moçambique passa de

7ª para a 9ª classe;

● A implementação de programas de alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAIE) visando contribuir para a retenção de crianças na escola;

● A implementação dos programas de segurança social básica através do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), que beneficiou cerca de 1.745.979 pessoas.

Por outro lado, visando potenciar os magistrados com informação sobre as Piores Formas do Trabalho Infantil (PFTI), foi realizada a capacitação sobre Quadro Legal de Prevenção e Combate às PFTI e disseminação da Lista dos Trabalhos Considerados Perigosos para as Crianças, aos magistrados do Ministério Público nas Províncias de Sofala, Gaza, Inhambane, Zambézia, Tete, Manica e Niassa tendo abrangido cerca de três centenas de magistrados;

No que se refere às actividades específicas desenvolvidas pelo MITSS, destacam-se as seguintes:

● A revisão da Lei do Trabalho que está em curso e prestes a ser depositada no Conselho de Ministros para posterior submissão à Assembleia da República. Esta propõe a definição de 18 anos como idade mínima para admissão ao trabalho, como forma de se alinhar com as Convenções Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo nosso país e aos demais dispositivos legais que protegem os menores na República de Moçambique.

● Refira-se que as acções do MITSS assentam principalmente na área de Sensibilização e Comunicação, tendo sido realizadas até à data cerca de nove centenas de debates televisivos, radiofónicos e comunitários sobre a temática do trabalho infantil ao nível nacional;

● Por outro lado, foram realizadas cerca de quatro mil e quinhentas palestras e capacitação de três centenas de líderes comunitários em várias províncias do país.



● Realizada a Conferência Nacional sobre o Combate às Piores Formas do Trabalho Infantil, no dia 22 de Abril do ano em curso, na Cidade de Chimoio, cujo objectivo era fazer uma reflexão em torno dos desafios das instituições no combate às piores formas do trabalho infantil; aferir a sensibilidade e percepção sobre a problemática do trabalho infantil e preparar a V Conferência Global sobre o Trabalho Infantil e Tráfico de Menores a ter lugar na Cidade de Durban, na vizinha África do Sul, de 15 a 20 de Maio de 2022. A conferência de Manica contou com 270 participantes, dentre os quais, representantes do Governo Central e Provincial, Parlamento Infantil, Parceiros Sociais e de Cooperação, Líderes Comunitários e Religiosos, Organizações da Sociedade Civil, académicos, entre outros.

(I) - Quais são os principais desafios do Ministério do Trabalho e Segurança Social até ao fim deste mandato e para os próximos tempos?

(MT) - O principal desafio do Ministério é a promoção do trabalho digno em Moçambique através do reforço da sua intervenção visando o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho; o alargamento da Segurança Social Obrigatória aos trabalhadores elegíveis e a consolidação dos mecanismos de diálogo social e de mediação de conflitos laborais. Para fazer face a estes desafios, o MITSS continua apostado no reforço da acção inspectiva, alargamento dos serviços de mediação de conflitos laborais e da Segurança Social Obrigatória para os distritos o que tem exigido a capacitação contínua do pessoal e a modernização dos serviços.

(I) - Sra. Ministra, estamos à beira de mais uma data especial para o seu sector- o 1º de Maio- Dia Internacional do Trabalhador. Que mensagem de esperança o sector do trabalho deixa para os trabalhadores?

**“É necessário
aprimoramento
da cultura de tra-
balho, ...precisa-
mos de aumentar
a produção e a
produtividade
ao nível
das empresas**”

(MT) - Saúdo a todos os trabalhadores moçambicanos que neste mês celebraram o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador cujas cerimónias centrais tiveram lugar na cidade de Xai-Xai, Província de Gaza, sob o lema “SINDICATOS JUNTOS NA LUTA CONTRA A PRECARIÉDADE LABORAL E ALTO CUSTO DE VIDA”, e agradecemos o convite que o movimento sindical nos endereçou para participar nestas cerimónias. Gostaria de enaltecer que os desafios são enormes.

Atentos à crise económica e financeira, à nossa determinação e aos esforços dos trabalhadores e empregadores, saberemos em conjunto, encontrar as soluções que nos conduzam à redução gradual de males que enfermam a nossa economia. Esta data foi celebrada já com os salários mínimos nacionais revistos, que entraram em vigor retro-activamente a partir do dia 1 de Abril deste ano. Aqui o nosso apelo é que todas as empresas implementem estes salários. Mas também, em relação àquelas empresas que têm condições para pagar acima dos salários aprovados pelo Governo, que o façam porque a lei não veda esta possibilidade. Dizer também que os salários, para outras categorias profissionais ao nível das empresas são objecto de negociação colectiva entre as entidades empregadoras e os trabalhadores, através das organizações sindicais. Apelar igualmente ao aprimoramento da cultura de trabalho, porque para que o salário melhore progressivamente, precisamos de aumentar a produção e a produtividade ao nível das empresas, que é uma premissa indispensável para a melhoria das condições do trabalho nas unidades de produção. A terminar, agradeço o espaço que nos foi concedido para esta agradável interacção ■





INSS é o garante da protecção social do trabalhador

Joaquim Siuta
Director Geral
do INSS

10

O Dia Internacional do Trabalhador é um dia de reflexão sobre os problemas que afectam esta camada e as possíveis soluções para garantir a sua segurança a posterior. Em Moçambique como em qualquer parte do mundo, condições estão a ser criadas para minimizar grande parte dos constrangimentos que afectam directa ou indirectamente a massa laboral. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), tutelado pelo Ministério de Trabalho e Segurança Social (MTSS), é um dos exemplos.

A principal preocupação do INSS é de garantir a segurança social dos trabalhadores nas situações de doença, maternidade, invalidez e velhice e, em caso de morte destes (trabalhadores), garantir a subsistência dos seus familiares. Por isso, o INSS tem incentivado as entidades empregadoras a canalizarem

os descontos dos seus trabalhadores ao Sistema de Segurança Social, situação que é extensiva para os Trabalhadores por Conta Própria.

A Ídolo procurou junto da instituição esclarecimentos para que todos possam saber das vantagens de os trabalhadores contribuírem para o Sistema de Segurança Social. Siga abaixo a entrevista detalhada com o Director Geral do INSS, Joaquim Moisés Siuta.

IDOLO (I) - Qual é o nível de envolvimento dos parceiros sociais na gestão tripartida do INSS, com vista a tornar a instituição mais funcional?

Joaquim Siuta (JS) - O nível de envolvimento dos parceiros é assegurado por via da representação no Conselho de Administração, na qualidade de Administradores, os quais são propostos pelas respectivas organizações, por um lado.

Por outro lado, o envolvimento dos parceiros é assegurado por via da representação na Comissão Consultiva do Trabalho. INSS é uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, criado ao abrigo do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro. É gerido por um Conselho de Administração (CA) que obrigatoriamente é composto por representantes em número igual, a saber, (2) Administradores em representação dos trabalhadores, (2) Administradores em representação dos empregadores e (2) Administradores em representação do Estado, de acordo com o nº 2 do Decreto 17/88 de 27 de Dezembro, que cria o INSS.

O CA é o órgão que assegura a gestão geral das actividades do INSS, devendo deliberar obrigatoriamente sobre as seguintes maté-



rias: Regulamento Interno do INSS; Orçamento da Segurança Social; A compra, venda, troca de imóveis, aluguer, constituição e cessação de direitos reais imobiliários; Relatório e Contas Anuais e; Programa de Acção Sanitária e Social.

No âmbito da melhoria da prestação dos serviços aos utentes o CA deliberou pela adopção do processo de modernização e Informatização do sistema, processo que trouxe vários benefícios para o INSS e aos utentes, a saber:

Conferiu maior transparência na Gestão e Administração do Sistema, uma vez que os beneficiários passaram a ter acesso através da plataforma Minha Contribuição Meu Benefício, a sua situação contributiva e proceder o acompanhamento do processo de declaração e pagamento das contribuições, passando a actuar como fiscalizadores, contra contribuintes que agem de má-fé.

No caso dos beneficiários no conforto do seu local de trabalho, casa ou outro local com acesso a internet, para além de procederem ao acompanhamento da sua situação contributiva, através da mesma plataforma, passaram a submeter os seus requerimentos directamente, no Sistema, sem a intervenção dos técnicos do INSS, bem como proceder a simulação das prestações. Relativamente aos contribuintes, no conforto do seu local de trabalho, passaram a proceder a pré-inscrição dos seus trabalhadores, remeter as declarações de remunerações e acompanhar a sua situação contributiva sem necessidade de se deslocar aos serviços do INSS.

Passaram a extrair a Certidão de Quitação directamente do Sistema, sem intervenção dos técnicos do INSS, conferindo-lhes maior comodidade, evitando o dispêndio de tempo em deslocar-se ao INSS para apresentar o pedido. No tocante a conta anual de gestão, importa ainda referir que ela é obrigatoriamente publicada no jornal de maior circulação no país sem

“ Os direitos e deveres são salvaguardados através da promoção da inscrição dos trabalhadores e das entidades empregadoras abrangidos pelo sistema de segurança social e da existência dos respectivos ficheiros bem como os dos titulares de prestações ”

prejuízo de outros jornais, no quadro das medidas de transparência.

I - Como é que os direitos e deveres são salvaguardados?

(JS) - A Segurança Social é um direito de todos os cidadãos consagrado no artigo 95 da Constituição da República e está igualmente previsto no Artigo 6 da Lei nº 4/2007, de 7 de Fevereiro que aprova a Lei de Protecção Social e o respectivo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

Os direitos e deveres são salvaguardados através da promoção da

inscrição dos trabalhadores e das entidades empregadoras abrangidos pelo sistema de segurança social e da existência dos respectivos ficheiros, bem como os dos titulares de prestações. Promoção de acções de cobrança e gestão dos recursos financeiros afectos à segurança social, bem como a promoção de acções tendentes à efectiva realização do direito às prestações.

I - Que garantias o INSS confere aos contribuintes sobre a aplicabilidade do dinheiro canalizado ao Sistema de Segurança Social pelo patronato?

(JS) - Através dos valores canalizados pelos empregadores, o INSS tem garantido o pagamento regular das prestações aos legítimos beneficiários, observando os requisitos legalmente estabelecidos, bem como constituição de reservas para garantir a sustentabilidade. Por outro lado, tem pautado pelo princípio de contenção das despesas de administração, operando sempre abaixo do limite prudencial fixado em 19% da receita total.

Adicionalmente, para medir o nível de sustentabilidade, o INSS tem realizado estudos, sendo que o último foi elaborado em 2017, em coordenação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que indica que o sistema é sustentável até 2050.

I - Para os Trabalhadores por Conta Própria, quais são os requisitos necessários para estarem inscritos no Sistema de Segurança Social? E desde que a campanha foi lançada qual tem sido o nível de adesão dos trabalhadores ao processo?

(JS) - Os requisitos para a inscrição dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP) no Sistema de Segurança Social são os seguintes:

a) Bilhete de Identidade ou Certidão de Nascimento ou Cédula Pessoal;

b) Licença de exercício de actividade ou documento emitido pelas entidades competentes equipará-



vel a licença e

c) Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

A taxa de contribuição para os TCP é de 7%, sendo que as contribuições para a Segurança Social são suportadas na totalidade pelos próprios trabalhadores.

Desde que o processo de inscrição dos TCP iniciou, em Dezembro de 2015, o nível de adesão é satisfatório e o INSS tem estado a ultrapassar as metas em termos de inscrição. Neste momento, existem 37.549 TCP inscritos.

I - Qual tem sido a capacidade de resposta das empresas ao apelo do INSS em relação à canalização das contribuições dos trabalhadores para o Sistema de Segurança Social?

(JS) - A resposta das empresas à sensibilização para o cumprimento das obrigações relativas à segurança social obrigatória tem sido satisfatória, visto que temos estado a registar o aumento do número de novos contribuintes e beneficiários do sistema de segurança social obrigatória, bem como a regularização da situação contributiva.

Para elucidar foram inscritos durante o primeiro trimestre do presente ano 3.580 contribuintes e 35.172 beneficiários, o que representa uma realização do planificado trimestral na ordem de 107% e 192%, e anual na ordem de 27% e 38%, respectivamente.

Relativamente ao período homólogo, no qual tinham sido inscritos 3.682 contribuintes e 17.705 beneficiários, verifica-se um decréscimo de contribuintes e crescimento de beneficiários na ordem de 2,8% e 98,7%, respectivamente.

Em relação a TCP, foram inscritos 1.006, o que representa uma realização do planificado trimestral na ordem de 100,6% e anual de 25,15%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 1.000 novos trabalhadores por conta própria. Relativamente ao período homólogo, no qual tinham sido inscritos 1.658 trabalhadores deste regime, verifica-se um decréscimo na or-



Com a eclosão da pandemia da COVID 19 o INSS como qualquer outra entidade pública ressentiu-se do impacto desta pandemia, tendo sido grandemente afectado no campo da realização da prova anual de vida dos pensionistas do Sistema de Segurança Social Obrigatória



dem de 39,3%.

No tocante a cobrança da dívida de contribuições foi possível a recuperação da dívida de contribuições no valor total de 188.840.769,42Mt, correspondente a 4.968 contribuintes devedores. No geral, a recuperação do valor da dívida situou-se em média em 24% em relação à meta anual de 786.001.551,06Mt fixada para o exercício em análise.

I - Quais são as dificuldades que a instituição enfrentou aquando da eclosão da pandemia da Covid-19?

(JS) - Com a eclosão da pandemia da COVID 19, o INSS como qualquer outra entidade pública ressentiu-se do impacto desta pandemia, tendo sido grandemente afectado no campo da realização da prova anual de vida dos pensionistas do Sistema de Segurança Social Obrigatória, a qual ficou suspensa dois anos.

Da mesma forma foi notório o seu impacto na realização de pa-

lestras nos locais de trabalho, visto que este tipo de actividades exige contacto directo com os trabalhadores.

No entanto, estas restrições foram minimizadas com a intensificação do uso de canais remotos de informação, nomeadamente palestras virtuais, o atendimento virtual para evitar que houvesse aglomerações nos sectores de atendimento ao público, para se evitar contaminações. Os beneficiários foram incentivados a utilizarem a plataforma M-Contribuição (Minha Contribuição, Meu Benefício) para fazer chegar as suas preocupações. Através desta plataforma, os beneficiários (trabalhadores), com recurso a um computador, tablet e telefone, podem verificar a situação contributiva, fazerem a solicitação de qualquer benefício e procederem ao acompanhamento do estágio dos requerimentos.

Importa realçar que, apesar desta pandemia afectar grandemente as empresas, contribuintes do INSS, as contas da instituição continuam estáveis, isto justifica-se pelo facto de o choque maior ter ocorrido no início da pandemia, onde havia ainda pouca informação sobre o comportamento da doença.

Desta forma, só para elucidar, no ano passado o INSS arrecadou em receita de contribuições 13.071.562.745,14MT o que representa uma realização anual de 109,52% contra o planificado no valor de 11.935.575.977,79MT. Relativamente ao registado no período homólogo do ano anterior, implica um crescimento na ordem de 12,58%.

I - Que garantias o INSS dá aos beneficiários nas situações de invalidez e velhice, assim como aos seus familiares em caso de morte dos beneficiários?

(JS) - As garantias que o INSS dá aos beneficiários e aos seus familiares são a promoção de acções tendentes à efectiva realização do direito às prestações.

Na invalidez é garantido ao tra-



balhador que antes de atingir a idade de reforma por velhice se encontre incapacitado para o trabalho, desde que, tenha pago pelo menos 30 meses de contribuições no decurso dos últimos 5 anos anteriores ao início da incapacidade, a pensão por invalidez.

Considera-se invalidez a incapacidade temporária ou permanente para o exercício de actividade profissional, resultante de doença ou de acidente não profissional devidamente comprovada por Junta de Saúde.

Na velhice, a pensão por velhice ao trabalhador desde que:

Tenha completado 55 anos ou 60 anos de idade, sendo mulher ou homem respectivamente;

Tenha completado 240 meses com entrada de contribuições; ou

Independentemente da idade, tenha completado 420 meses com entrada de contribuições.

Na morte de um trabalhador ou pensionista, os familiares sobreviventes tem direito as seguintes prestações subsídio de funeral, morte e pensão de sobrevivência. O direito a estas prestações é reconhecido desde que se verifique um prazo de garantia de 3 meses com entrada de contribuições, três anos de inscrição e pelo menos 6 meses de contribuições e 5 anos de contribuições respectivamente.

I - Para além do orçamento que recebe do Governo, que outras acções o INSS desenvolve para garantir a sustentabilidade da instituição.

(JS) - O INSS não recebe verbas provenientes do Orçamento Geral do Estado. O INSS é uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e património próprio. As receitas são provenientes das contribuições canalizadas pelas empresas, e as decorrentes de investimentos em diversas áreas, de acordo com a respectiva política de investimento.

I - Como avaliam os investimentos em relação aos resultados na tabela das contribuições.

O INSS é uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e património próprio

(JS) - Avaliando o desempenho dos investimentos, constata-se que cerca de 25% das receitas totais do Sistema de Segurança Social são provenientes dos investimentos.

I - Em linhas gerais, que acções têm em manga para tornar o INSS cada vez mais próxima do cidadão

(JS) - Para tornar o INSS mais próximo do cidadão foram definidas várias acções de entre as quais importa referir: A expansão territorial através da construção dos edifícios de serviço do INSS; A flexibilização dos meios de pagamento de contribuições através das carteiras móveis, designadamente M-PESA e TOP UP; A intensificação da promoção do uso das tecnologias de informação pelos beneficiários, designadamente M-Contribuição para consulta da situação contributiva e submissão de requerimento das prestações, a plataforma Meu Número de Beneficiário para a confirmação da inscrição do trabalhador; A realização de campanhas anuais de inscrição de contribuintes e beneficiários; A realização da segunda edição do Prémio Nacional de Jornalismo em Segurança Social e a Gala do INSS para a premiação dos melhores contribuintes; Incremento das acções de divulgação do sistema de segurança social e partilha de informação nos órgãos de comunicação social ■





CTA e Governo

Sintonizados no novo impulso empresarial

14

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), está cada vez mais empenhada na construção de instrumentos eficazes que poderão determinar o estabelecimento de uma nova atmosfera de negócios, conferindo maior capacidade e solidez económica e financeira às diversas empresas moçambicanas nela filiadas. Apesar de ressentir dos abalos económicos provocados, nos últimos anos, pelo terrorismo na província de Cabo Delgado, os ciclones Idai e Kenneth, que fustigaram as zonas centro e norte do país, em Março e Abril de 2019, e recentemente a pandemia da COVID-19,

a CTA está convicta de que todos actores vão trabalhar no sentido de “reoxigenar” a economia, até por que há um pacote de estímulos para assegurar a sobrevivência das empresas e salvaguardar os postos de trabalho. Numa entrevista concedida à Ídolo, por ocasião do 1º de Maio, Agostinho Vuma, Presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), manifestou-se confiante em relação à prossecução dos planos traçados pela CTA para a recuperação e estabilização do tecido empresarial moçambicano, assentes na vontade de cada interveniente, incluindo o Governo visto como o principal parceiro estratégico de desenvolvimento. Eis as partes sig-

nificativas da entrevista.

ÍDOLO (I) - Moçambique sofreu um forte abalo económico devido à pandemia da COVID-19, eventos climáticos severos e ao terrorismo em Cabo Delgado. Que fotografia a CTA faz da actual saúde económica e financeira das empresas?

AGOSTINHO VUMA (AV) - Nos últimos anos Moçambique sofreu várias crises económicas provocadas por diversos fenómenos com destaque para o problema do terrorismo em Cabo Delgado que eclodiu nos finais de 2017, os ciclones Idai e Kenneth que se abateram sobre o centro e norte do país em Março e Abril de 2019, respectivamente, e mais recentemente a pandemia da COVID-19



cujo impacto provocou, em 2020, a primeira contracção da economia de Moçambique em quase 30 anos, com o Produto Interno Bruto (PIB) a apresentar uma variação negativa de 1,23%.

Assim, os dois eventos climáticos severos (ciclones IDAI e Kenneth) totalizaram 275 milhões de USD em danos ao sector privado nas regiões centro e norte. Quanto ao impacto económico do terrorismo em Cabo Delgado, estima-se que, considerando a destruição do tecido empresarial nos 6 distritos afectados e a paralisação das 10 empresas fornecedoras de bens e serviços à indústria de petróleo e gás, as quais agregam na sua cadeia de valor cerca de 750 PME's, o impacto destes ataques no sector empresarial ascende a aproximadamente 207 milhões de USD. Por último, estimamos que o impacto da COVID-19 ascendeu a cerca de 1.5 bilião de USD a nível do sector empresarial, reflectindo-se na suspensão de 90 mil postos trabalho.

Portanto, no total estima-se que as empresas tenham registado perdas e prejuízos cumulativos de 1,6 mil milhões de dólares norte-americanos, como efeito combinado das adversidades que assolaram o seu desempenho. Em resultado desta situação, a saúde financeira das empresas tem estado frágil, o que se repercute na sua capacidade de honrar os seus compromissos e de realizar novos investimentos.

Ademais, do exercício de monitoria regular do desempenho empresarial que a CTA tem levado a cabo trimestralmente através do Índice de Robustez empresarial, os dados a nossa disposição sinalizam que esta fragilidade ainda entra na o desempenho das empresas. Ainda sob este ponto, realça-se o facto do desempenho das empresas ainda estar aquém dos níveis pré-pandemia.

I - No caso específico da COVID-19, quantas empresas beneficiaram da linha de crédito aberta pelo Governo?



AV - No âmbito da implementação das linhas de crédito BNI COVID-19 e Gov.COVID-19, para o financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas afectadas pelos impactos da COVID-19, o BNI recebeu e analisou um total de 1.058 projectos ao nível nacional, tendo aprovado 224 projectos, dos quais 151 apresentaram critérios de elegibilidade para o desembolso.

A discrepância entre o volume de empresas que submeteram os projectos vs o número de projectos aprovados foi possível constatar a apetência do sector empresarial por esta linha de financiamento, o que é de enaltecer o esforço feito pelo Governo e BNI, num momento em que as empresas foram duramente afectadas pelos efeitos da Pandemia.

No entanto, importa realçar que os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir, e que é preciso criar mais alternativas de financiamento as empresas, como esta, para que as empresas possam restabelecer os seus negócios, tendo em conta que não será somente o sector

privado que se vai beneficiar dos efeitos positivos da estabilização das empresas, mas também para o Governo, porque irá se reverter na entrada de mais receitas ao Estado e também a sociedade no geral, com o aumento dos postos de trabalho.

I - Quantas empresas foram forçadas a encerrar as portas nos últimos dois anos e que implicações directas teve na classe trabalhadora?

AV - A pandemia da COVID-19 afectou de forma severa as empresas moçambicanas. No que diz respeito à paralisação do funcionamento de empresas, o número de empresas que encerrou as actividades devido à COVID-19 ascendia a cerca de 4,300 até o mês de Agosto de 2020, sendo que 75% destas eram dos sectores de Hotelaria e Restauração. Contudo, a partir do mês de Setembro de 2020, com o alívio das restrições, grande parte das empresas começou a reabrir, o que fez com que este número reduzisse para menos de 25%, sendo que, de acordo com as nossas esti-



mativas, o ano terá terminado com cerca de 1,075 empresas totalmente encerradas devido à pandemia da COVID-19.

Estas empresas são aquelas que não conseguiram sobreviver aos impactos da COVID-19, como é o caso de estabelecimentos turísticos e de diversão de pequena dimensão com uma fraca musculatura financeira e alguns estabelecimentos de comércio de bens e serviços não essenciais que perderam o mercado e as fontes de fornecimento (muitas das quais são externas).

I - Que acções a CTA desenvolveu junto do patronato para mitigar os problemas para que se evitasse o despedimento massivo dos trabalhadores? Como abordou a questão da compensação aos trabalhadores atingidos pelo despedimento?

AV - Desde que eclodiu a pandemia viral, a CTA tem defendido a necessidade de um pacote de estímulos para assegurar a sobrevivência das empresas e salvaguardar os postos de trabalho. Esta abordagem tem como base a experiência dos outros países que para fazer face aos impactos do novo coronavírus na economia, implementaram medidas de política com vista a estimular a actividade económica e evitar uma contracção significativa da actividade empresarial.

Na sequência do diálogo e da advocacia que mantivemos durante este período na busca de soluções face aos desafios emergentes, recebemos com satisfação o anúncio do governo de um conjunto de medidas fiscais, aduaneiras, financeiras e laborais para apoiar o sector empresarial e minimizar o colapso da economia que poderia resultar dos impactos da COVID-19. Exemplo de medidas que advogamos:

- Dispensa dos pagamentos por conta, isto é, a dispensa de um pagamento que é feito em três prestações, sendo que cada prestação representa 1/3 de 80% do valor do

IRPC apurado para o exercício de 2020 com base na projecção de lucro das empresas para 2020. Estas prestações são pagas sequencialmente em Maio, Julho e Setembro;

- Dispensa do Pagamento Especial por Conta do IRPC, que corresponde a 0.5% do volume de negócio relativo ao exercício anterior. Este pagamento deve ser efectuado em três prestações iguais, em Junho, Agosto e Outubro;

- Redução da dívida e juros de mora junto do INSS; e

- Redução do custo de electricidade.

Perante a falta de facturação e o risco de paralisação do funcionamento das empresas, a CTA influenciou junto do Governo, Parceiros de Cooperação e instituições como o BNI e INSS, no desenho e a disponibilização de linhas de financiamento para apoiar o tecido empresarial. Foi fruto deste trabalho que assistimos ao lançamento da janela de financiamento do BNI com um montante de 1,6 mil milhões de Metical. Ainda que esta dotação financeira estivesse muito aquém das necessidades de financiamento do sector empresarial nacional, ela significou um grande apoio para a sobrevivência e recuperação das empresas gravemente afectadas pela COVID-19.

Em relação aos despedimentos de trabalhadores, a CTA incentivou as empresas a optar pela suspensão dos contratos de trabalho, no lugar de despedir os trabalhadores. E quanto à compensação aos trabalhadores atingidos pelo despedimento a CTA sempre advogou pelo cumprimento da legalidade. Pelo que acreditamos que os processos abrangidos por despedimento tenham seguido o curso legal incluindo as compensações.

I - O alastramento do terrorismo em Cabo Delgado levou à paralisação de um dos maiores projectos económicos do País, em Afungi. Que acompanhamento a CTA fez da situação olhando para a realidade das empresas moçambicanas que estavam subscritas na multina-

cional Francesa TOTAL?

AV - A CTA, na sequência do agravamento da situação de segurança na província de Cabo Delgado, desencadeou uma série de acções, sendo de destacar a (i) avaliação dos impactos do ataques terroristas no tecido empresarial, onde se constatou que cerca de 410 empresas que operavam nas zonas alvo dos ataques terroristas foram afectada, seguidamente, (ii) após a declaração da situação de force major pela TOTAL Energies em Março do presente ano, o que levou a suspensão das suas actividades até que a situação de segurança fosse resolvida e sustentável, fez-se um levantamento do impacto da suspensão dos vários contratos de fornecimento de bens e serviços firmados entre a TOTAL Energies e as suas contratadas, bem como, entre estas e as suas subcontratadas, tendo sido apurado que 38 empresas tinham situação de pagamentos de facturas pendentes.

Para efectividade destas acções, uma equipa técnica deslocou-se à província de Cabo Delgado, ao que foi acrescido pelo envolvimento da Delegação provincial de Cabo Delgado da CTA na massificação da divulgação do inquérito e colecta de dados necessários para informar os exercícios retro mencionados, bem como sensibilizou-se o empresariado para a importância do preenchimento do inquérito.

Paralelamente, levou-se a cabo um engajamento com a TOTAL Energies para aferir a situação reportada pelo empresariado nacional, no sentido de uma resolução célere e pacífica. Deste exercício depreenderam-se dificuldades no reconhecimento da natureza contratual entre a TOTAL Energies e as empresas nacionais, devido à cadeia de subcontratações existentes. Para mitigar esta situação, a CTA para além do inquérito contactou directamente as empresas para perceber o grau de subcontratação, informação essa que também foi partilhada com a TOTAL



Energies.

Neste contexto, a CTA sensibilizou a TOTAL para acelerar o processo de pagamento das facturas pendentes devido, por um lado, pela situação financeira débil que muitas empresas moçambicanas se encontram, e por outro, pela necessidade de injeção de liquidez que as empresas precisavam naquele momento crítico que ainda se deparavam com os impactos da pandemia da COVID-19. Como resultado desta acção, mais de 90% das facturas foram pagas.

I - As empresas ficaram satisfeitas com o processo de pagamento dos contratos que haviam sido estabelecidos para a sua operacionalização no projecto?

AV - O pagamento das facturas foi uma lufada de ar fresco para as empresas, visto que elas se depararam com problemas de tesouraria por conta dos investimentos realizados para prestar bens e serviços à TOTAL. Todavia, há reclamações associadas com a demora na tramitação do processo, visto que levou cerca de 9 meses. Entretanto, essa demora decorre do facto de haver necessidade de reconhecimento e reconciliação das facturas entre outros aspectos burocráticos, visto que muitas empresas eram subcontratadas, isto é, não prestavam serviços directamente à TOTAL.

I - Que trabalho a CTA está a desenvolver para permitir a retoma da produção interna das empresas para contribuir para a manutenção de postos de trabalho e aumento da produção e das exportações?

AV - A CTA desenvolveu um plano de acção para impulsionar a recuperação empresarial. No geral, recomenda-se a adopção de um pacote integral que incluía medidas viradas para o financiamento, bem como medidas de facilitação do ambiente de negócios. Este pacote de medidas já foi apresentado ao Governo na XVII Conferência Anual do Sector Privado, aguardando-se de momento pela aprovação consubstanciando-se

no Plano de Recuperação Empresarial.

I - Como é encarada a decisão do FMI sobre a retoma de financiamento à actividade produtiva e orçamental na economia moçambicana?

AV - A perspectiva de retoma do apoio do FMI, poderá catapultar o regresso dos nossos parceiros, bem como, dinamizar as oportunidades de negócios para as nossas empresas e pagamento de facturas atrasadas e melhorar o perfil do risco soberano.

Sabe-se que, actualmente, a grande questão no Orçamento do Estado é a equidade do espaço fiscal para acomodar determinadas prioridades. Isso faz com que o Estado, por exemplo, não liquide as facturas atrasadas com as empresas.

A retoma do apoio do FMI e parceiros poderá gerar algum espaço fiscal e acomodar esse tipo de questão. Aliás, durante a discussão com o Governo e FMI sobre os pagamentos atrasados, o FMI mos-

trou todo apoio nessa questão, por isso, acreditamos que será colocada como uma das prioridades. Portanto, esta será uma oportunidade para injeção financeira directa para as PME's e dinamizar a procura por bens e serviços.

Acreditamos, também, que o FMI poderá colocar um travão ao recurso frequente aos Bilhetes de Tesouro para financiar défices de tesouraria o que pressiona o Crédito Líquido ao governo, bem como, a crescente recorrência da Dívida Interna, tendo atingido cerca de 220 mil milhões de Meticais, algo próximo de 4% do PIB. Esta busca constante de financiamento interno, limita o acesso ao sector privado, bem como retira a apetência dos bancos comerciais em reduzir as taxas de juro, o que prejudica de sobremaneira o Sector Privado.

I - Recentemente houve a Conferência Económica Anual CASP entre o Governo e sector privado. Do diálogo que ilações a CTA tirou para dar um novo ímpeto à produção de bens e serviços no País para





impulsionar ainda mais a economia?

AV - Durante a XVII CASP realizada em Março último, as principais ilações saídas da Conferência capazes de dar um ímpeto à produção de bens e serviços no País foram, o reforço da necessidade melhorar o ambiente de negócios para atracção de investimento privado nacional e internacional, sendo necessário reduzir o número de dias e procedimentos para o licenciamento empresarial e a redução do custo ao financiamento.

De igual forma, defendeu-se o imperativo de assegurar a transformação e modernização, do modo a organização da produção, comércio interno e externo com enfoque para o aumento da contribuição do sector da indústria no PIB e o aumento de número de empresas e de produtos certificados em padrões exigidos tanto a nível nacional e internacional; a liquidação do Estado das suas dívidas junto do sector privado; a revisão do quadro legal no sector de logística para adequá-lo à realidade actual; e a necessidade de fortalecer a capacidade e o papel do turismo como factor dinamizador da economia através de uma maior competitividade deste sector.

I - Como a CTA vai contribuir para financiar os diferentes sec-

tores produtivos da economia no quadro do seu Plano Estratégico. Será que continua a olhar para a indústria extractiva como única solução para os problemas de desemprego e de rendimentos económicos para a sobrevivência das empresas moçambicanas?

AV - O Plano Estratégico da CTA 2021 - 2024 tem como um dos seus principais pilares a promoção da competitividade do sector empresarial moçambicano, através do desenvolvimento de actividades ligadas a promoção de acções de capacitação das empresas, e da identificação de fontes alternativas de financiamento das empresas. Igualmente, a CTA prioriza a diversificação da economia, através da promoção das potencialidades económicas existentes no País e fomento de parcerias entre empresários nacionais e estrangeiros.

Neste âmbito, está em curso o projecto de Fortalecimento de Capacidades Produtiva das PME's do Sector do Agro-negócio para sua Integração de Cadeias de Valor Regionais e Continentais, em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que irá beneficiar cerca de 300 PME's com o foco na criação de empregos para jovens e mulheres das zonas centro e norte do País.

Destacamos igualmente, o

Projecto +Emprego que, em parceria com o Instituto Camões, irá contribuir para reforçar as parcerias público-privadas e melhorar a competitividade das PME's moçambicanas, com a finalidade de aumentar a empregabilidade da população jovem da província de Cabo Delgado. No âmbito deste projecto, foram elaborados e implementados Planos de Negócio, Planos de Marketing e estratégias de "FundRaising" que beneficiou 65 empresas em Cabo Delgado.

No âmbito das iniciativas para promover às exportações moçambicanas, estamos a desenvolver um projecto com o ProgramaTrade-Forward Southern Africa, visando a partilha de informação pertinente sobre mercados e procedimentos para exportação com o empresário moçambicano, tendo beneficiado 35 empresas.

Ainda no mesmo ímpeto, temos o projecto CTA mulher e negócios, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objectivo de aumentar o índice de mulheres empresárias com negócios sustentáveis a longo prazo, promover acções de capacitação, impulsionar o networking e facilitar o acesso ao financiamento. Este projecto inclui ainda a concepção de uma base de dados e mapeamento das empresas geridas por mulheres para que futuramente possam beneficiar das diversas acções que serão desenvolvidas tanto pela CTA como pelos nossos parceiros.

Adicionalmente, no âmbito da Conferência Anual do Sector Privado, a CTA tem organizado Salas de negócios como uma alternativa de financiamento para as empresas, onde fazem parte diversas instituições financeiras nacionais e internacionais. Nesta última edição da CASP, foram apresentados 26 projectos dos sectores de Agricultura, Energia, Água e Saneamento, Saúde, Indústria, Turismo e Serviços avaliados em cerca de USD 990 milhões, com um potencial de gerar mais de 8.000 postos de trabalhos ■



Esforçamo-nos por melhorar a condição social do trabalhador

Pelo terceiro ano consecutivo o 1º de Maio comemorou-se num ambiente de adversidades causadas pela pandemia da COVID-19, o terrorismo no norte do país, ciclones tropicais, precariedade natural, alto custo de vida e criminalidades naturais. O Secretário-Geral da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM-CS), Alexandre Cândido Munguambe, disse à nossa Reportagem que devido à isso, o custo de vida no país está a subir de forma vertiginosa e a produção das empresas continua aquém do desejado. Porém, um trabalho conjunto tem sido levado a cabo junto do empregador, do sindicato e do governo para dar volta à situações que podem lesar o trabalhador de uma forma geral e causar uma eventual convulsão

- diz
Alexandre Cândido
Munguambe, SG da
OTM-CS

“
Quando os trabalhadores se sentem lesados, em relação à seus direitos, eles estão livres para fazer as greves. Não precisam de autorização dos empregadores
”

social. Enalteceu o papel do governo na articulação e harmonização do diálogo consultivo na construção e solidificação da paz laboral nas diferentes instituições estatais e privadas.

ÍDOLO (I) - Poucas greves laborais têm ocorrido no país, apesar das fortes medidas restritivas da vida empresarial impostas por conta da COVID-19 e outros factores adversos ao crescimento da economia. Como se explica esta situação quando em condições normais teríamos uma forte convulsão social.

ALEXANDRE MUNGUAMBE (AM) – Há uma consciência cívica assumida pelo trabalhador que acaba por facilitar a tarefa do Governo, Empregador e Sindicato. A tarefa e o interesse para se fazer a greve ou não, é específica dos





««««

trabalhadores. Então, quando os trabalhadores se sentem lesados, em relação à seus direitos, eles estão livres para fazer as greves. Não precisam de autorização dos empregadores, eles emitem um caderno reivindicativo e submetem à Inspeção-Geral do Trabalho para tomar conhecimento. Mas hoje, sentimos uma maior maturidade do trabalhador em relação ao tratamento desta matéria. A classe trabalhadora está mais consciente sobre a importância da preservação do bom ambiente de trabalho, independentemente das várias adversidades decorrentes da conjuntura económica e social do país. Temos sido sacudidos por vários fenómenos naturais que atrofiam a produção económica do país. Esse entendimento já é um sinal positivo para a criação de um bom clima de trabalho nas empresas.

I - Como é que a OTM-CS vai conseguir persuadir o Governo e a CTA a terem que fazer um esforço suplementar para atenuar o elevado custo de vida, uma vez que o salário não é compatível para uma gestão correcta e corrente de cada família?

AM - A primeira medida que tomamos quando nos apercebemos de que havia indicação de Moçambique havia de ser afectado pela COVID-19, reunimo-nos e discutimos que os empregadores não deviam dispensar os trabalhadores e, portanto, manter os seus postos de trabalho e em troca disso, os empregadores exigiram que naquele ano não houvesse aumento do salário como condição para eles manterem os postos de trabalho e foi com base nisso que no primeiro ano da COVID-19 foi suspenso o aumento do salário mínimo nacional dos trabalhadores. Mas encontramos outras empresas ligadas a indústria, restauração, embora tenham assumido um compromisso com o Sindicato, reduziram o número de trabalhadores, noutras empresas fazia-se a rotação de trabalho (quinze em quinze dias) de trabalho. Aqueles que entenderam que tinham que dispensar totalmente os seus trabalhadores tinham a obrigação de indemnizá-los nos termos da lei.

I - Em contraponto, há empresas deficitárias quer no sector público, quer no privado, que estão em processo de redimensiona-

mento, afectando directamente a força de trabalho. Como é que a OTM-CS tem feito o acompanhamento do processo?

AM - Se uma empresa quer despedir o trabalhador deve indemnizar nos termos da lei ou orientar os trabalhadores para outras actividades.

I - Quantas empresas estão nesta situação e qual é o número de trabalhadores abrangidos pelo processo de reestruturação das mesmas?

AM - É um número significativo. Com a COVID-19, cerca de 50 mil trabalhadores ficaram afectados e a maior parte desses trabalhadores estava na indústria de restauração.

I - A OTM realiza visitas às empresas. O que tem constatado nos últimos tempos em termos de operacionalidades das mesmas?

AM - É verdade que visitamos muitas empresas. A OTM-CS tem-se deparado com o facto de as empresas de grande dimensão no panorama nacional estarem a passar as suas actividades para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), como forma de baixar o custo de produção, pois algumas as PMEs fogem das suas obrigações fiscais, como a segurança social dos trabalhadores, seguro de vida e, em alguns casos, de pagamento dos salários que deveriam ser pagos. Estamos numa situação em que o trabalhador vai ao serviço sem ter a certeza do seu futuro. Esta realidade coloca os trabalhadores numa situação bastante delicada, principalmente, porque o desemprego na camada juvenil é bastante alto e por falta de emprego, os jovens são obrigados a aceitar qualquer emprego e salário. Todos entendemos que o custo de vida está insuportável, assim como o custo dos produtos básicos está cada vez mais elevado e isso faz com que os trabalhadores desesperados procurem formas de modo a aliviar o custo de vida ■





“

A iniciativa tomada pelos empregadores de não despedir seus trabalhadores, do ponto de vista económico foi um acto de patriotismo

”



Deve-se criar políticas de geração de emprego

-diz Jeremias
Duzenta Timana -
Secretário-geral
da CONSILMO

21

O Secretário-geral da Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes Livres de Moçambique (CONSILMO) e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Construção Civil, Madeira e Minas de Moçambique, Jeremias Duzenta Timana, disse que o 1º de Maio deste ano foi festejado com

incertezas, sem manifestações habituais devido à conjuntura que o mundo está a atravessar, o da pandemia do novo coronavírus e muito recentemente da guerra, entre a Rússia e a Ucrânia, que de algum modo afecta directamente a economia do país e das empresas, consequentemente, a massa laboral fica à deriva por causa da pouca produção das instituições.

Esta situação, na óptica de Jeremias Timana, veio agravar a empregabilidade dos cidadãos que se viram obrigados a deixar seus postos de trabalho para cumprir com as medidas emanadas pelas autoridades de Saúde e o sector que mais sofreu baixas foi o do turismo e restauração. Perante essas adversidades houve empresas que desenvolveram um grande espiri-



to de solidariedade para com os seus trabalhadores, pois não olharam para a situação da pandemia, mas sim pela responsabilidade que a massa laboral tem para com os seus dependentes. Esta sensibilidade resulta em parte do diálogo que tem havido no fórum de concertação social que envolve Governo, Empregador e Sindicato.

“A iniciativa tomada pelos empregadores de não despedir seus trabalhadores, do ponto de vista económico foi um acto de patriotismo. Isso ajudou substancialmente e de forma credível na capacidade de manutenção e funcionamento da economia do país no geral”. Acompanha nas linhas seguintes a entrevista com o sindicalista da CONSILMO, Jeremias Timana.

IDOLO (I) - Um dos maiores desafios que a CONSILMO carrega nas costas é a advocacia e massificação de inscrição dos trabalhadores por conta própria no Instituto Nacional de Segurança Social. Pode-nos fazer um resumo de como o processo está a decorrer?

JEREMIAS TIMANA (JT) - Na cidade de Maputo, a CONSILMO assinou um memorando de entendimento com o município de Maputo que culminou com a colocação do Quiosque no mercado Zimpeto e muito brevemente assinar-se-ão mais dois memorandos de entendimento com os municípios da Matola e da Vila de Boane, para a colocação de dois (2) quiosques. O processo está na fase-piloto e pretende-se fazer o alargamento desse trabalho a nível nacional.

O que a CONSILMO está a fazer, é criar facilitações para os trabalhadores que estão junto dos mercados. Acreditamos que isso vai galvanizar e criar uma motivação bastante forte junto do sector informal, porque as pessoas não precisam de deslocar-se para qualquer sítio, pois todos os assuntos relacionados com a Autoridade Tributária, Segurança Social e outros intervenientes, estarão disponíveis perto de si. Portanto, com muito orgulho, a CONSILMO regozija-se com esta primeira conquista da instalação do Quiosque no mercado Zimpeto.

I - Quantos trabalhadores nessa condição foram inscritos no INSS e quais são os grandes entraves para que não haja maior aderência dos trabalhadores?





JT –O Quiosque começou a funcionar há dias, mas por questões de logística e administrativas, demoramos um pouco, sendo assim, neste momento, a CONSILMO não tem a capacidade de avaliar o número de trabalhadores que foram inscritos. Acreditamos que brevemente poderemos ter o material suficiente para fazer-se o levantamento de todos os trabalhadores inscritos.

I - Dos resultados alcançados até agora com a implementação da estratégia (ENOSO), que avaliação a CONSILMO faz do grau de satisfação dos abrangidos pelo processo?

JT - Há muita satisfação e alegria por parte das pessoas. Foi extremamente importante trazer este mecanismo de facilitação dos próprios trabalhadores no sector informal, uma vez que não precisavam fazer qualquer tipo de deslocação. Portanto, em pouco tempo os trabalhadores podem criar condições para se preocuparem com seu futuro. Este mecanismo da CONSILMO vai salvar e trazer o sonho de esperança do sector informal para que o trabalhador tenha alguma coisa, quando a reforma chegar.

I - Que mecanismos estratégicos têm sido aplicados para conduzir mais trabalhadores por conta própria ao sistema do INSS? Como é que a articulação dessa actividade é feita em todo o país quando se tem em conta que há uma enorme tendência de cada cidadão desenvolver uma actividade produtiva no âmbito do empreendedorismo?

JT - A CONSILMO trabalha com algumas associações responsáveis pelo sector informal cujas responsabilidades são de fazer a divulgação e fornecer informações e explicações clarividentes, bem com, mostrar a sua importância. O que a CONSILMO está a fazer insere-se no âmbito da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que é de transformar o sector informal em sector formal.

Este sector passará a ser reconhecido pois ajudará com a contribuição dos impostos e de um modo geral, com o desenvolvimento da economia do próprio país, rumo à construção do bem-estar social.

I - A CONSILMO sente que há uma resposta cabal do INSS nesse processo de integração do sector informal no sistema?

JT - Sim. O INSS está a receber o processo com muita satisfação. O sector informal conta com mais de seis (6) milhões de trabalhadores e através do mecanismo criado pela CONSILMO, muitos trabalhadores serão inscritos no INSS, além dos que já estão nas empresas formais. Contudo, o INSS sairá bastante fortalecido.

I - Um dos grandes problemas que as empresas moçambicanas têm enfrentado são os acidentes do trabalho. Que avaliação a CONSILMO faz em relação a prevenção desta situação no seio das empresas, principalmente naquelas ligadas ao sector de construção civil e indústrias transformadoras?

JT - Há um trabalho que está a ser feito junto da Comissão Consultiva do Trabalho (CCT). A experiência da criação do Comité para a verificação ou vigiar os acidentes de trabalho, é trazida pela CONSILMO, uma vez que tem a área de construção civil, madeira e minas. O governo não tem uma informação pontual dos acontecimentos dos vários acidentes que acontecem um pouco por todo país. O Comité tem pessoas que estão no terreno a trabalhar e visualizam todos os acidentes. A criação deste Comité multisectorial vai facilitar a fluidez com maior rapidez possível da canalização da informação à este Comité para os órgãos competentes, a Inspeção-Geral do Trabalho e outros interessados. Este Comité vai ser um canal expresso de transmissão de informações sobre os acidentes que acontecem em qualquer obra e empresa.

I - Está a ser ensaiada a instalação de um Comité de Verificador do Sistema de Gestão de Segurança para Prevenção dos Acidentes no Local do Trabalho. Gostaríamos de saber se o processo avançou e em que estágio está a implantação das acções que conduziram a sua criação? Nas províncias como é que as implementações das acções estão a ser levadas a cabo?

JT - Este Comité vai ter a réplica nas empresas. A legislação moçambicana do trabalho obriga que, dentro de cada empresa ou unidade de produção crie-se um Comité de Higiene e Segurança no Trabalho (HST) que é composto pela entidade empregadora e pelos representantes do Sindicato ao nível de cada empresa. Notamos que nalgumas empresas já existe um Comité, mas é preciso que em todas as empresas também exista. A CONSILMO acredita e confia que este Comité Multidisciplinar vai ser o adequado e apropriado para fazer a gestão das informações que vão ocorrendo, resultantes dos acidentes de trabalho.

I - Qual é a apreciação que a CONSILMO faz do trabalho tripartido (Governo, CTA e Sindicato) para a construção de um clima saudável na classe trabalhadora?

JT - O funcionamento da Comissão Consultiva do Trabalho em Moçambique é um sucesso. É um caso que já foi apresentado em 2009, na Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça e alguns países manifestaram a vontade de adquirir a nossa experiência, porque a nossa Comissão Consultiva do Trabalho (CCT) funciona maravilhosamente. Temos um diálogo social bastante positivo que traz fluidez entre o governo, os empregadores e sindicato. A nossa comunicação faz com que países da região da SADC e CPLP manifestem interesse em adquirir experiência ■



Muitos trabalhadores desconhecem seus direitos

-afirma César Muianga – Director Geral da Help-Multiservice



O director-geral da Help-multiservice, César Muianga traz uma reflexão relativa ao Dia Internacional do Trabalhador, um dia em que se recorda o massacre de trabalhadores nos Estados Unidos da América (EUA), muito concretamente na cidade de Chicago que reivindicavam a redução da carga horária extremamente pesada. Acrescenta que a data representa de forma clara a elevação de todos os trabalhadores do mundo inteiro ao grau supremo de sua importância no processo de construção das sociedades e transformação das mesmas ao longo do tempo. Porém nos últimos tempos, como no passado, a vida do trabalhador no geral tem-se caracterizado por diversas adversidades que contribuem negativamente para o seu desempenho.

Muianga entende que a situação actual do trabalhador não é das melhores e o moçambicano também não foge à regra. Acrescenta que com a eclosão da Covid-19, o desempenho das empresas foi afectado e sobretudo do trabalhador que dependia directamente do local de trabalho como o seu ganha-pão.

“Se tomarmos em linha de conta estes aspectos, é perceptível que os direitos em algum momento foram afectados e consequentemente impactou nos seus deveres laborais que demandam esforços conjuntos entre a massa laboral e as entidades empregadoras na busca de soluções que possam mitigar estes efeitos”, explicou.



A Help manteve os postos de trabalho durante a pandemia

“É importante perceber que a Help opera num sector nevrálgico que representam os serviços de Higiene e Limpeza e por via disso, deve estar na linha da frente no tocante à adopção de medidas preventivas no combate à propagação da Covid-19 em concreto”, referiu.

Nestes termos, de acordo com César Muianga, as consequências decorrentes da pandemia, quase que todas as empresas tiveram que se reinventar e adaptar-se à nova realidade imposta pela Covid-19 e no caso concreto da Help, tratando-se de uma empresa de uso intensivo de mão-de-obra como factor chave para prossecução dos seus compromissos, desencadeou várias campanhas de sensibilização no sentido de dotar cada trabalhador de consciência na assunção da sua responsabilidade no local de trabalho como forma de assegurar os postos de trabalho como condição essencial. “Estas medidas revelaram-se determinantes para a manutenção de vários postos de trabalho e evitar-se despedimentos”, fincou.

No tocante à questão de salários mínimos praticados em Moçambique, o director-geral da Help, realçou que ainda estão muito aquém das reais necessidades dos trabalhadores embora decorra das fragilidades e instabilidade da nossa economia que é ainda muito dependente no contexto global.

“Embora seja notório o esforço do Governo na promoção da produção interna e criação de fontes alternativas de emprego com vista a melhoria dos níveis do PIB e diminuir os choques dos sistemas da economia mundial, entendo que é preciso fazer-se ainda muito mais e explorar ao máximo as potencialidades que o nosso país possui em várias vertentes para que possamos aumentar os níveis de rentabilidade das empresas e consequentemente dos trabalhadores, o que irá ter reflexos directos na renda familiar”, disse.

Para Muianga, numa economia deficitária como a nossa, é impossível alcançar-se níveis de salário (não apenas o mínimo) que satisfaça as necessidades básicas das famílias, pelo que, urge acelerar o aproveitamento das potencialidades naturais que o país oferece para incrementar os níveis da renda familiar.

Salvaguardar os direitos dos trabalhadores

Para o empresário, o mais é importante é compreender que não se deve falar de direitos sem se evocar aos deveres dos trabalhadores e infelizmente, no seu entender devido à vários factores sociais próprios do contexto actual, grande parte dos trabalhadores não domina a legislação laboral que é fundamental para que todos possam actuar dentro do que a lei prevê.

“Na minha qualidade de patrono, sinto com muita tristeza os efeitos desta lacuna na medida em que variavelmente as empresas são prejudicadas por actos praticados por alguns trabalhadores desleais que transgridem flagrantemente as regras e normas laborais para depois de sofrerem as sanções disciplinares recorrerem aos Centros de Arbitragem e Mediação Laboral apresentarem queixas sem fundamentos que em muitos casos resultam na penalização das empresas”, lamentou. Concluiu que esta tendência só pode ser invertida se houver uma aposta na formação e consciencialização, tomando como prioridades os conceitos dos direitos e deveres laborais ■



Comissão Parlamentar aprecia desempenho da instituição

Salim Valá,
PCA da BVM

A Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da AR efectuou recentemente uma visita de trabalho à Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), no âmbito da fiscalização e supervisão parlamentar. A visita tinha como objectivo verificar dentre outros pontos, o desempenho dos indicadores da Bolsa definidos nos principais instrumentos de programação, estratégias para dinamizar a economia nacional, plano institucional e incentivos para estimular a poupança e investimento, assim como o ponto de situação da adesão das grandes, pequenas e médias empresas ao mercado bolsista.

No fim do encontro, o Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), Salim Valá, referiu que a instituição que dirige tem ampliado a oferta dos produtos e serviços de mercados bolsistas e não só, também tem instado ao sector empresarial que melhore a qualidade das suas empresas, ou melhor, que as empresas sejam mais organizadas, estruturadas, com contabilidade organizada, contas auditadas e sociedades anónimas para dispersar o capital.

"Há uma parte do nosso lado que é disponibilizar no mercado instrumentos, produtos e serviços, mas também as

>>>>



empresas tem de organizar-se, estruturar-se. As empresas devem ter a consciência de que não vão à Bolsa somente para financiar-se, mas também dispersar o risco, demonstrar boa governação e internacionalização das empresas”, explicou.

Acrescentou que neste momento, a BVM conta com 11 empresas cotadas em Bolsa. “Em Dezembro de 2016, tínhamos 4 empresas. Tivemos um crescimento significativo. Para 2026, planeamos ter aproximadamente 30 empresas e uma capitalização bolsista que possa avançar de 19% para cerca de 35%”, fincou.

Actualmente, de acordo com Valá, a BVM está a trabalhar com a IPEME, CTA, e varias empresas no sentido de atrair outras empresas para puderem se movimentar.

“Preocupa-nos bastante que das 100 maiores empresas nacio-

nais, apenas cinco (5) empresas estejam cotadas em Bolsa e, com apenas esse número, é difícil a BVM ser um efectivo do barómetro da economia”, lamentou.

Para Valá, não basta apenas ter maior diversificação de produtos e serviços, deve-se ter uma multiplicidade de empresas e investidores para operar na bolsa.

“Neste momento, temos acima de 23.600 investidores e, ate meados de 2019 tínhamos apenas 100 mil investidores. A operação da HCB deu um grande incremento aos investidores, mas o número ainda é muito pequeno, por isso, queremos mais empresas cotadas, mais investidores, mais títulos registrados, incrementar a liquidez do mercado”, concluiu.

Por sua vez, o Presidente da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) na Assembleia da República, António Niquice, disse ser de-

sejo de sua Comissão ver a BVM no âmbito de suas atribuições e competências atrair maior número de empresas.

“A BVM tem um papel extremamente importante na atracção de Pequenas e Médias Empresas (PMEs)”, referiu.

O parlamentar reconhece o papel da BVM no que diz respeito à literacia financeira e insta a instituição a desencadear mecanismos mais acertados para que as empresas, os cidadãos em geral possam estar devidamente informados sobre o papel da Bolsa.

Acrescentou que o número reduzido de empresas cotadas em Bolsa não representa nenhuma preocupação, pois há uma série de requisitos que as empresas devem ter para que possam ser cotadas e esses requisitos são padrões universalmente concebidos ■



BVM alarga serviços e produtos no mercado

28

A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) pretende admitir mais 19 empresas no mercado, passando das actuais 11 para 30 nos próximos quatro anos.

Com esta medida, a BVM pretende fazer face a um dos seus principais desafios, que se prende com a necessidade de ver cotadas mais empresas no mercado accionista e obrigacionista, bem como o aumento da capitalização bolsista.

“Pretendemos também contribuir para o crescimento do financiamento ao sector privado, apostar na criação de novos produtos, serviços, mercados e instrumentos financeiros, bem como admitir a cotação às empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE)”, disse Salim Valá, Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

Valá falava no âmbito de uma visita de trabalho da Comissão do Plano e Orçamento (CPO) da As-

sembleia da República (AR) à BVM no contexto de fiscalização e supervisão que este grupo de deputados tem realizado às empresas públicas e instituições participadas pelo Estado.

Segundo o PCA, a BVM pretende criar mecanismos apropriados para atrair as Pequenas e Médias Empresas (PME's), promovendo a formalização da economia e a internacionalização das empresas moçambicanas.

“É neste contexto que estamos a equacionar a introdução de incentivos temporários direccionados para as empresas cotadas na Bolsa de Valores, bem como ampliar e aprofundar a implementação de um programa de capacitação e literacia financeira, em particular sobre o mercado de capitais” frisou.

Por seu turno, o presidente da Comissão do Plano e Orçamento, António Niquice, disse que os parlamentares estão interessados em ver a BVM atrair cada vez mais em-

presas, sobretudo as PME.

Niquice defende que as empresas do Sector Empresarial do Estado devem estar cotadas na Bolsa como forma de obter vantagens de financiamento e visibilidade no mercado nacional e internacional.

Explicou ainda que a visita tinha como objectivos verificar, entre outros aspectos, o desempenho dos indicadores financeiros da empresa, as estratégias para dinamizar a economia nacional, o plano de comunicação e promoção, o quadro legal que regulamenta o funcionamento da instituição e os incentivos existentes para estimular a poupança e o investimento.

“Estávamos interessados em saber mais sobre a adesão das Grandes, Pequenas e Médias Empresas (GPME's) ao mercado bolsista, bem como a influência da BVM no desempenho das PME”, afirmou.

Até 2021, o mercado bolsista contava com um volume de transacções de 12 057,80 milhões de meticais ■



Alcinda e Rady elevam boxe moçambicano no Mundo

As pugilistas moçambicanas Alcinda Panguana e Rady Gramane tiveram uma prestação brilhante no Campeonato Mundial de Boxe Feminino, edição-2022, terminado semana passada em Istambul, na Turquia, um evento que contou com a participação de mais 310 atletas de diferentes nacionalidades. as duas pugilistas fizeram jus a sua capacidade e qualidade técnica, surpreendendo meio mundo e, principalmente, as adversárias, uma vez que o real potencial do boxe feminino moçambicano era quase que desconhecido. O desempenho de Alcinda e Rady superou todas

as expectativas, merecendo rasgados elogios por parte daqueles que acompanharam a competição. Moçambique levou ao evento apenas duas pugilistas, número bem longe do de outras nações, excepto Burundi representado por uma atleta.

Competindo na classe de 66-70 kg, Alcinda Panguana, de 28 anos, fez tudo o que podia para trazer ao país o título mundial. As coisas não correram de feição no combate da final e foi derrota da pela irlandesa Lisa Edel, ficando-se pela conquista

da medalha de prata. Trata-se de um feito notável para o desporto moçambicano, visto que foi a primeira vez que um pugilista moçambicano subiu ao pódio numa prova do género.

Apesar da derrota, Alcinda Panguana conseguiu levar o combate até ao fim, mas por decisão do júri a irlandesa, de 20 anos, foi indicada a nova campeã do mundo na categoria de 66-70 kg. Pelo título de vice-campeã, Panguana arrebatou 50 mil dólares (cerca de três milhões de meticals).



Alcinda alcançou assim o momento píncaro da sua carreira, ao chegar, pela primeira vez, a uma final do Mundial de Boxe, depois de ter terminado nos oitavo de-final dos Jogos Olímpicos de Tóquio, ano passado. À medalha de prata, Moçambique juntou o bronze, com a proeza a ser cometida por Rady Gramane, que esteve em bom plano na categoria dos 75 kg.

Ela abordou os combates com muita astúcia, classe e firmeza, deixando no "ringue" uma boa impressão. Poderia ter ido mais longe, mas encontrou pela frente outras pugilistas mais ambientadas a competições do género. Ficou com o bronze e 25 mil dólares, factos que satisfazem o inédito sonho de Moçambique, um país sem tradição no boxe feminino. Lucas Sinoia, seleccionador nacional, era um homem radiante pelo facto de as suas pugilistas terem conseguido sair com medalhas numa competição em que ninguém dava por Moçambique.

O feito tem um sabor especial para o técnico, uma vez que foi difícil chegar ao evento e com uma delegação bastante reduzida. A comitiva moçambicana regressou esta segunda-feira ao país e teve uma recepção apoteótica. Mais tarde foi recebida em audiência pelo Primeiro Ministro, Adriano Maleiane ■



PUBLICIDADE

A CAÇA FURTIVA ROUBA DE TODOS NÓS

STEWART SUKUMA
(EMBAIXADOR DA CAMPANHA)

DENUNCIE AS AUTORIDADES GRÁTIS
843220837 | 874583870

ANAC
MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE

WILDAID

Av. da O.U.A. nº 50 • Telef.: (258) 21400416 • 21402181 • Fax: (258) 21402919 • Cel: 82/843188720
E-mail: grafica.academica@gmail.com



Maquetização

Impressão

Acabamentos

- **CARTAZES**
- **CONVITES**
- **MANUAIS**
- **P. TIMBRADOS**
- **PANFLETOS**
- **BROCHURAS**
- **CALENDÁRIOS**
- **CARTÕES DE VISITA**
- **CARTÕES DE BOAS FESTAS**
- **RECIBOS, FACTURAS, V. DINHEIRO**



Desporto a seu estilo





INVESTIR NA BOLSA DE VALORES É APOSTAR NA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE



APOSTE NA
BOLSA DE VALORES!

Av. 25 de Setembro, 1230, 5º andar, bloco 5
Prédio 33 Andares Maputo Moçambique
Tel: +258 21 308826/7/8 Cel: +258 823007140
+258 823196080/+258 843014910
Email: info@bvm.co.mz

SITE: WWW.BVM.CO.MZ
APOIO AO INVESTIDOR
E-mail: apoio.investidor@bvm.co.mz
APOIO AS EMPRESAS
E-mail: apoio.emitentes@bvm.co.mz